



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº [0001834-44.2021.6.22.8000](#)

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO,
POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DE RONDÔNIA, E O BANCO
DO BRASIL S.A.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ n. 04.565.735/000113, situado na Av. Presidente Dutra, nº 1889, bairro Baixa União, CEP.: 76.805-859, na Cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, neste ato doravante denominado TRE-RO, e, de outro lado, o **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede no SAUN, quadra 05, lote B, Edifício Banco do Brasil, CEP.: 70.040-912, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, daqui por diante denominado **BANCO**, neste ato devidamente representado na forma do seu estatuto social por seu Gerente Geral, senhor **WALTER DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 344344-SESDEC/RO e CPF/MF nº 325.491.722-72, têm justo e acordado celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de preços de contratos firmados pelo **TRE-RO**, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Para efeito deste Acordo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Partícipes** – referência ao **TRE-RO** e Banco do Brasil S.A.
3. **Proponente** – pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o **TRE-RO**.
4. **Rubricas** – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **TRE-RO**.
5. **Conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação** – cadastrada em nome dos **Proponentes** de cada contrato firmado com o **TRE-RO**, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
6. **Usuário(s)** – servidor(es) do **TRE-RO**, e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de **contas-depósitos** específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo **TRE-RO**, bem como viabilizar o acesso do **TRE-RO** aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada **Contrato** será aberta uma **conta-depósito vinculada** em nome do **Proponente** do **Contrato**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pelo **TRE-RO**, pagos aos **Proponentes** dos **Contratos** e será denominada **Conta-depósito Vinculada – bloqueada para movimentação**.
3. A movimentação dos recursos na **conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação** – será providenciada exclusivamente à ordem do **TRE-RO**.
4. Será facultada ao **TRE-RO** a movimentação de recursos da **conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação** – para a Conta Única do Tesouro Nacional/Estadual.

DO FLUXO OPERACIONAL

CLÁUSULA TERCEIRA - O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

- 1º) **TRE-RO** firma o **Contrato** com os **Proponentes**.
- 2º) **TRE-RO** envia ao **BANCO** arquivo em meio magnético, em leiaute específico previamente acordado entre o **TRE-RO** e o **BANCO** para abertura de **Conta-depósito Vinculada – bloqueada para movimentação** – em nome do **Proponente** que tiver Contrato firmado.
- 3º) **BANCO** recebe arquivo transmitido pelo **TRE-RO** e abre **Conta-depósito Vinculada – bloqueada para movimentação** –, em nome do **Proponente** para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências do **BANCO** no território nacional.
- 4º) **BANCO** envia ao **TRE-RO** arquivo retorno em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da **Conta-depósito Vinculada – bloqueada para movimentação** – aberta em nome do **Proponente**, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.
- 5º) **TRE-RO**, excepcionalmente e quando não for possível o cadastramento da conta por meio dos sistemas do **BANCO**, envia Ofício, na forma do Anexo I do presente instrumento, à agência do **BANCO**, solicitando o cadastramento manual da **conta-depósito – bloqueada para movimentação**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6º) O **BANCO** recebe o ofício do **TRE-RO** e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

7º) **TRE-RO** credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pelo **TRE-RO** na **conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação** –, mantida exclusivamente nas agências do **BANCO**, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pelo **TRE-RO** e pelo **BANCO**.

8º) **TRE-RO** solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

9º) **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira na **Conta-depósito Vinculada – bloqueada para movimentação** – efetuada pelo **TRE-RO** confirmando por meio de ofício, nos moldes indicado no Anexo V deste Instrumento.

10º) **BANCO** disponibiliza ao **TRE-RO** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos da **conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação** –, após autorização expressa do **TRE-RO**, para recebimento de chave senha de acesso a sistema eletrônico.

10.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

10.1.1. O acesso do **TRE-RO** às **contas-depósito vinculadas – bloqueadas para movimentação** – fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, pelos **Proponentes**, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência do **BANCO**.

10.1.2. Os recursos depositados nas **contas-depósito vinculadas – bloqueadas para movimentação** – serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die.

10.1.3. Eventual alteração da fórmula de cálculo da poupança implicará na revisão deste acordo.

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA QUARTA - Ao TRE-RO compete:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do **BANCO**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o **BANCO**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) servidores para os quais o **BANCO** disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento setor público, com poderes somente para consultas aos saldos e extratos das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**.
3. Remeter ao **BANCO** arquivos em leiaute específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das **contas-depósito vinculadas – bloqueadas para movimentação**.
4. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando, excepcionalmente, o cadastramento de **contas-depósito vinculadas – bloqueadas para movimentação** –, em nome dos **Proponentes**.
5. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos das **Contas-depósito Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.
6. Comunicar aos **Proponentes**, na forma do Anexo VIII do presente instrumento, o cadastramento das **contas-depósito vinculadas – bloqueadas para movimentação** –, orientando-os a comparecer à Agência do **BANCO**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que o **TRE-RO** possa ter acesso aos saldos e extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos das **Contas-depósito Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

13. Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.

15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do **TRE-RO**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.

16. Inserir no edital de licitação e no contrato de prestação de serviços entre o **TRE-RO** e a empresa vencedora do certame que os serviços de abertura e de manutenção da **Conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação**, estão sujeitos à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências do **BANCO** e disponível no endereço eletrônico na internet: www.bb.com.br, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

CLAUSULA QUINTA - Ao BANCO compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento ao **TRE-RO**;
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Informar ao **TRE-RO** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento; o cadastramento de **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento de **contas-depósito vinculadas – bloqueadas para movimentação**;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento;
7. Informar ao **TRE-RO** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

CLÁUSULA SEXTA - Este Acordo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI do **TRE-RO**, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - O **TRE-RO** providenciará a publicação resumida deste Acordo de Cooperação no Diário da Justiça Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, nos exatos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

DAS ALTERAÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA - Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificados ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Acordo Cooperação é celebrado com fundamento legal no art. 116 da Lei 8.666/1993, na Instrução Normativa n. 05/2017/MPDG, na Resolução CNJ nº 169/2013 e suas alterações posteriores, e, subsidiariamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil brasileiro), e demais normas que regem a espécie.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – No **TRE-RO**, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão exercidas pelo titular da Coordenadoria de Orçamento, Finança e Contabilidade - COFC, ou pelo substituto respectivo, em caso de ausência do titular, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, cujo contato pode ser feito por meio dos telefones (69) 3211-2146/2046 e e-mail institucional cofc@tre-ro.jus.br.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FORO

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Acordo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pelo foro da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmaram o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações do **TRE-RO**, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Porto Velho/RO, 30 de junho de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO	WALTER DE ALMEIDA Pelo BANCO DO BRASIL S.A.
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2021

Ofício nº ____/____ – **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

_____, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Acordo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este **TRE-RO**:

CNPJ: _____

Razão

Social:

Nome

Personalizado:

Endereço:

Representante

Legal:

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

**ANEXO II DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº
02/2021**

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,

Em atenção ao ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____ deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de **conta-depósito vinculada** para Depósitos Vinculados a Obrigações, destinada a receber créditos ao amparo da Resolução nº 169 do Conselho Nacional de Justiça de 31/01/2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24/10/2013, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratificamos que, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº _____ firmado com o Banco, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**.

Gerente

Ao Senhor

Nome e cargo do representante do **TRE-RO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Endereço

**ANEXO III DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº
02/2021**

_____, _____

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de **conta-depósito vinculada** à empresa _____, CNPJ _____ na Agência _____ do Banco do Brasil, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa nº 03 SLTI/MPOG, de 15.10.09 (ou Resolução nº 169 do Conselho Nacional de Justiça de 31.01.2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24.10.2013):

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Evento de Garantia: _____

Agência: _____

Conveniente Subordinante _____

Cidade/Município: _____

Comunicamos que essa Corte poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal do **BANCO**, sítio _____.

Ratificamos que a **conta** somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº __/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mediante solicitação do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**.

Atenciosamente,

Gerente

ANEXO IV DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2021

Ofício nº ____/20__

_____, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de _____ (nome do proponente) _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este **TRIBUNAL REGIONAL**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ELEITORAL DE RONDÔNIA, e **CREDITAR** na seguinte conta-depósito:

Banco	Agência	Conta	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor
previamente designado pelo ordenador

ANEXO V DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2021

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,
(nome do representante do Tribunal)

Em atenção ao seu Ofício nº _____/20____, de
_____/____/20____, informo a efetivação de **DÉBITO** na Conta-depósito
vinculada – bloqueada para movimentação – de nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

_____ da agência nº _____ do BANCO
e **CRÉDITO** na seguinte conta-depósito:

CREDITAR			
Banco	Agência	Conta	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Nº da Agência do BANCO

ANEXO VI DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2021

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ do BANCO _____

(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação –, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida Conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da Conta-depósito

**ANEXO VII DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº
02/2021**

Ofício nº ____/20____

_____, ____ de _____ de 20____



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento desse BANCO, para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

**ANEXO VIII DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/
2021**

Ofício nº ____/20__



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

_____, ____ de _____ de 20____.

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pelo Tribunal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

Informo que solicitamos a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____ do BANCO _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e este **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito deste **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA** aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor previamente designado pelo ordenador



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/06/2021, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALTER DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 09/07/2021, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/07/2021, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/07/2021, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0709541** e o código CRC **53C5B318**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001834-44.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SAOFC

ASSUNTO: Análise – Minuta do Acordo de Cooperação Técnica – Banco do Brasil – Conta vinculada.

PARECER JURÍDICO Nº 77 / 2021 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo por meio do qual se objetiva a formalização de **Termo de Cooperação Técnica (ACT) entre este TRE e o Banco do Brasil S/A**, cujo objeto é o prestação de serviços de abertura automatizada de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo TRE-RO, bem como viabilizar o acesso deste Tribunal aos saldos e extratos das contas abertas, em atendimento às Resoluções ns. 169/2013 e 183/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça, Portaria nº 391 de 12/12/2013 também desse Conselho, Instrução Normativa nº 05/2017/MPDG e Lei nº 14.133/2021.

02. Juntou-se aos autos e-mails de tratativas entre o Banco e este Tribunal ([0692018](#)) e Minuta do Termo de Cooperação Técnica BB ([0692023](#)).

03. Na Remessa nº 86/2021 – PRES/DG/ SAOFC/COMAP ([0692026](#)), contida no processo administrativo 0005128-17.2015.6.22.8000, a titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), levando em consideração o término do ACT nº 1º/2016 mencionado na INFORMAÇÃO Nº 40/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0684548](#)) e a INFORMAÇÃO Nº 107/2021 - PRES/DG/SAOFC/COFC ([0685311](#)), manifestou-se pela execução do ajuste pretendido, haja vista a possibilidade de sua vigência por mais 60 meses.

04. Em seguida, o secretário de administração, orçamento, finanças e contabilidade determinou a abertura de novo processo no SEI para a tramitação da pretensão e submissão da minuta de contrato a Assessoria Jurídica para análise, consoante Remessa nº 63/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0692034](#)).

05. Após Solicitação nº 61/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0707009](#)), a Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta do ACT em comento ([0707140](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Preliminarmente, entendemos que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cooperação Técnica. No caso do termo de cooperação técnica, tal expressão tem sido utilizada para denominar instrumentos por meio dos quais os gestores demonstram sua “vontade política” em se unir para realizar ações de seus interesses.

07. Nesse sentido, merece registro os ensinamentos de **J. U. Jacoby Fernandes**, em *Vade-Mécum de licitações e contratos*, ed. Fórum, Belo Horizonte, 5ª edição, 2011, fl. 1108, onde destacamos o seguinte:

[...]

O convênio apresenta pontos distintivos do contrato, os quais podem ser assim sintetizados:

- a) o termo de convênio deve ter utilização restrita aos casos em que o interesse dos signatários seja **absolutamente concorrente**, um objetivo comum, ao contrário do que ocorre no contrato em que o interesse dos que o firmam é diverso e contraposto;
- b) por almejarem o mesmo objetivo, **os signatários não são, a rigor terminológico, partes**, e não cobram taxa ou remuneração entre si;
- c) no convênio descabe a aplicação de penalidade por **rescisão, bastando não haver mais interesse na sua continuação para que se promova a denúncia**.

[...]

Na prática administrativa, é forçoso reconhecer que existem vários tipos de convênios, autorizando a inviabilidade jurídica de competição, alguns, em que não há realização de despesas de qualquer natureza pelo órgão público. Nessa última hipótese é possível afastar o certame licitatório e a incidência de outras prescrições insculpidas no art. 116 da Lei nº 8.666/93.

É importante notar que se não há envolvimento de recursos de um para outro conveniente, o melhor é utilizar o ato de colaboração ou acordo de cooperação técnica, terminologia mais correta para os ajustes em que as partes se mantêm autônomas, emprestando reciprocamente informações, lavrando atos e uma série de providências sem recursos financeiros diretos e indiretos.

08. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas de editais de licitação**, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**. (sem grifo no original)

09. Quanto a análise do instrumento propriamente dito, percebe-se que a referida minuta e seus anexos cuidaram de reproduzir as regras delineadas pela Resolução CNJ nº 169/13 - com as alterações da Resolução CNJ nº 183/13, inclusive adotando a **forma padrão** do termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cooperação técnica tornada pública pela **Portaria CNJ nº 391, de 12/12/2013**, carreadas aos autos no evento [0707140](#).

10. Nessa linha, entende esta Assessoria que a minuta em análise está em **conformidade** com a Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação e com as regras específicas definidas pela Resolução CNJ nº 169/13 - com as alterações da Resolução CNJ nº 183/13 e pela **Portaria CNJ nº 391, de 12/12/2013**, estando apta, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

11. Em relação aos **servidores responsáveis pela assinatura das correspondências** integrantes dos anexos I, IV, VII e VIII, entende-se que o ordenador de despesas, juntamente com o ato de autorização da celebração desta avença, caso não queira ele próprio, poderá designar servidor da área, nada obstando que o titular da SAOFC, em sua manifestação de costume, indique o nome do servidor para tal mister, assim como para a movimentação da conta vinculada (Anexo VIII).

12. Nesses termos, verifica-se que a parceria buscada por meio do Acordo de Cooperação que se pretende firmar com o Banco do Brasil, está em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Por fim, entende-se que as partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – DA CONCLUSÃO

13. Diante ao exposto, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta e seus anexos ([0707140](#)).

14. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do instrumento, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões como as relacionadas a área discricionária da administração.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 28/06/2021, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 28/06/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0708688** e o código CRC **086C79B4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001834-44.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SAOFC

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional Eleitoral e Banco do Brasil – Conta vinculada.

DESPACHO Nº 814 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC com objetivo de celebração de Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o Banco do Brasil e este Tribunal, cujo objeto é o prestação de serviços de abertura automatizada de contas-depósitos específicas destinadas a movimentar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo TRE-RO, bem como viabilizar o acesso deste Tribunal aos saldos e extratos das contas abertas, em atendimento às Resoluções n. 169/2013 e 183/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça, Portaria nº 391 de 12/12/2013, também daquele Conselho, Instrução Normativa nº 05/2017/MPDG e Lei nº 14.133/2021 ([0692018](#)).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, por meio da Solicitação nº 61/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0707009](#)), informa que o objeto do acordo é definir os critérios para abertura de conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, destinada a abrigar os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços decorrentes de contratos para prestação de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, celebrados pelo TRE-RO, nos termos da Instrução Normativa n. 05/2017/MPDG, e novel legislação que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n. 14.133/2021, art. 121, § 3º inciso III, e seu prazo de vigência será de 60 meses.

Para instrução do feito, foram carreados os e-mails de tratativas entre o Banco do Brasil e este Tribunal ([0692018](#)) e a Minuta do Termo de Cooperação Técnica BB ([0692023](#)).

A AJDG, nos termos do Parecer Jurídico n. 77/2021 ([0708688](#)), entendeu a minuta analisada está em **conformidade** com a Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação e com as regras específicas definidas pela Resolução CNJ nº 169/13 - com as alterações da Resolução CNJ nº 183/13 e pela **Portaria CNJ nº 391, de 12/12/2013**, estando apta, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Por esse motivo, aprovou os termos da minuta ([0707140](#)), em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Há manifestação favorável da SAOFC, pela celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e o Banco do Brasil, nos termos do evento [0708925](#).

Primeiramente, registra-se que se trata de acordo de cooperação técnica, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira.

Com efeito, a parceria ora buscada encontra normatização na Lei nº 8.666/93, que dita todos os parâmetros normativos para verificação da legalidade, forma e conteúdo dos acordos pretendidos.

Além disso, a implementação do acordo viabiliza a aplicação do disposto na Resolução CNJ nº 169/13 (com as alterações da Resolução CNJ nº 183/13) e na Portaria CNJ nº 391, de 12/12/2013.

Vale registrar que o referido ajuste não envolve obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre os signatários, e tem por objeto definir os critérios para abertura de conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, destinada a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços decorrentes de contratos para prestação de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, celebrados pelo TRE-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO, nos termos da Instrução Normativa n. 05/2017/MPDG, e novel legislação que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n. 14.133/2021, art. 121, § 3º inciso III, conforme Cláusula Segunda.

Quanto ao prazo de vigência, destaca-se que o art. 57, § 3º, da Lei Geral de Licitações e Contratos, veda a celebração de contrato com prazo de vigência indeterminada, razão pela qual, por força do art. 116, caput, *"aplica-se aos convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração Pública"*.

Sendo assim, nos termos da Cláusula Sétima, o referido Acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI do **TRE-RO**, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

Pelo exposto, considerando o Parecer Jurídico AJDG n. 77/2021 ([0708688](#)) e a Manifestação SAOFC [0708925](#), vislumbrando sua vantajosidade e com fulcro no art. 1º, inciso II, da Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora-Geral **AUTORIZA** a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e o Banco do Brasil S.A. - BB, consoante minuta aprovada pela Assessoria Jurídica, em observância ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

À SAOFC para continuidade e providências relativas à assinatura do Termo de acordo de cooperação, com publicação do seu extrato no Diário Oficial da União - DOU e no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/06/2021, às 10:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0709424** e o código CRC **E3790237**.